

Paulo Freire e a docência na educação infantil: saberes e fazeres necessários às professoras em exercício e em formação

Paulo Freire and teaching in early childhood education: knowledge and skills needed by practicing and trainee teachers

Paulo Freire y la enseñanza en la educación infantil: conocimientos y habilidades necesarias para docentes en ejercicio y en formación

Márcia Dárquia Nogueira da Silva¹

SILVA, Otavio Henrique Ferreira da. **Paulo Freire e a docência na Educação Infantil: saberes e fazeres necessários às professoras em exercício e em formação**. Belo Horizonte: Caravanas, 2022.

O livro de Otavio Henrique costura e mobiliza a formação docente e a docência na educação infantil com base no pensamento de Paulo Freire, mostrando como esses campos são fundamentais para aqueles que atuam na educação dos bebês e das crianças pequenas. A obra é composta de quatro capítulos, além de prefácio, introdução e referências bibliográficas, distribuídos em 140 páginas (Silva, 2022).

A leitura do texto aponta dois motivos principais que levaram o autor a escrever o livro: 1. a percepção de que as trabalhadoras da educação infantil desconhecem o pensamento de Paulo Freire; e 2. a necessidade de que professores que atuam nos cursos de pedagogia possam trabalhar a formação das futuras profissionais da Educação Infantil apoiados nas obras e na vida de Paulo Freire.

No capítulo 1, o autor nos apresenta Paulo Freire *como menino curioso e revolucionário*, que se transforma no decorrer de todo o livro em expoente e mediador das diferentes infâncias. Esse mediador carrega em suas experiências de vida a cultura do diálogo e entende que a leitura de mundo antecede a leitura da palavra. O autor relata ainda que Paulo Freire conviveu com crianças da periferia de Jaboatão dos Guararapes, em Pernambuco, em uma conjunção de classes sociais. Ele e seus irmãos funcionavam como uma ponte entre os meninos que comiam pouco, ou alguma coisa pelo menos, e os que nada comiam. Paulo Freire, desde pequeno, viu de perto a pobreza enfrentada pelos meninos e as meninas da periferia. Essas experiências contribuíram para que elaborasse e desenvolvesse o método de alfabetização em toda a sua trajetória como professor, educador e pedagogo (Freire e Guimarães, 2020).

O capítulo 2 aborda a *educação libertadora partindo das crianças* e discute o papel da família e da escola na educação, tendo como referência as experiências de vida de Paulo Freire. Essas experiências revelam que a criança precisa de uma educação para a liberdade e que não tire

¹Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil. E-mail: marciadarquia@gmail.com  <https://orcid.org/0000-0002-1184-5506>

dela a capacidade de descobrir, fazer perguntas e inventar respostas. A liberdade e a rebeldia são tão meninas como as crianças e precisam ser cultivadas nas escolas e nas famílias, considerando-se a relevância de uma pedagogia da primeira infância oprimida em que as famílias e as professoras das escolas de periferia tomem consciência, assumam sua identidade de classe, atuem para combater o autoritarismo e construam uma práxis pedagógica libertadora desde a educação infantil (Freire e Faundez, 1985).

No capítulo 3, o autor mostra que, para as professoras dos bebês e das crianças, é fundamental a compreensão da *cidadania baseada no pensamento de Paulo Freire*. O diálogo com quem atua na educação dos bebês e das crianças pequenas é proposto na expectativa de que as profissionais compreendam as desigualdades sociais e raciais que marcam as infâncias brasileiras, perpassando por questões de classe, raça, etnia, gênero etc. Pensar a docência na educação infantil com base no legado de Paulo Freire exige preocupação e enfrentamento das situações opressivas vivenciadas pelas crianças e suas famílias. Além disso, para trabalhar com as crianças pequeninas, é preciso compreender que o tempo da criança é um tempo criativo, imaginativo, sonhador e esperançoso. Com as crianças podemos imaginar e construir um mundo com justiça social e livre de qualquer forma de autoritarismo, opressão e preconceito. O pensamento de Paulo Freire, nessa perspectiva, tem papel central para a formação de docentes que lutem pela construção de um projeto de cidadania emancipatória para o país.

No capítulo 4, o autor defende a necessidade de uma *pedagogia que considere a primeira infância oprimida*, pois os trabalhadores e seus filhos que vivem nas periferias são oprimidos e buscam se libertar da opressão. A escola e as professoras precisam se somar a essa luta dos moradores os bairros periféricos pelo direito a ter direitos e pela construção de uma cidadania que na realidade seja emancipatória. Desde cedo, na educação infantil, as crianças aprendem conosco relações mais democráticas ou mais autoritárias. Quando esteve exilado, Freire percebeu em diversos países do mundo que o autoritarismo está presente nas relações sociais e se manifesta na vida das crianças. Práticas autoritárias entre pais e filhos vão sendo introjetadas pelas crianças em sua infância e devem ser questionadas e não reproduzidas pelo educador na escola. A castração da curiosidade e da alegria de ser das crianças reforça práticas de autoritarismo presentes na sociedade brasileira. Ensinar a criança para a obediência cega é uma forma de autoritarismo. Já o diálogo, a escuta e a interação aberta contribuem para que as crianças desenvolvam posturas de solidariedade, libertação e emancipação (Freire e Faundez, 1985). Praticando a educação para a liberdade sustentados pela pedagogia da autonomia, podemos contribuir para que os oprimidos conquistem uma emancipação duradoura.

Por que é importante a leitura deste livro? Porque o autor revela que, ao educar as crianças para a liberdade, a professora também se educa e se descobre como menina e revolucionária, trabalhando em prol da curiosidade e sendo mais humana e amorosa com as crianças. A professora mais experiente ou a professora no começo da carreira, quando compreendem o tempo da infância, podem produzir algo novo numa sociedade de crianças curiosas e cheias de vida (Freire, 1997).

Uma educação construída nessa perspectiva, e em diálogo com o pensamento de Paulo Freire, contribui para que possamos inventar e reinventar a cidadania e a apropriação que fazemos dos espaços urbanos e das cidades. As crianças quase sempre estão alijadas dessa cidadania. Muitas vezes, esquecemos que é na cidade que elas vivem suas primeiras e significativas experiências como cidadãs. No caso das crianças da periferia algo mais grave acontece, pois elas ficam reclusas no ambiente em que vivem. Elas se apropriam mais do seu espaço e das ruas do bairro, mas circulam pouco por outros lugares da cidade, como parques, jardins, museus, teatros etc., que poderiam ser apropriados por todas as crianças. A escola pode e precisa se comprometer com a mudança desse estado de coisas.

O livro de Otavio Henrique destaca ainda o quanto podemos furar a bolha colonizadora de nossa frágil democracia se as instituições culturais, pedagógicas, científicas, artísticas, religiosas e políticas acolherem as crianças em um movimento amplo em prol de uma cidadania emancipadora. Uma democracia substantiva e real, construída com a participação das crianças, poderia assegurar o direito que todos temos de ter direitos, a igualdade de classe, o combate às injustiças sociais e raciais, o combate ao mito da democracia racial, a valorização das mulheres, a política de ações afirmativas e o questionamento da ideologia da branquitude arrogante. Para mudar o Brasil precisamos começar mudando a nossa rua, o nosso bairro, a nossa cidade (Silva, 2022).

Nesse sentido, uma pedagogia da infância oprimida, que parte da criatividade revolucionária da criança, valoriza a solidariedade e questiona a competição. Com isso, a criança vai se humanizando, aprendendo a combater as injustiças, não ficando calada diante de preconceitos e discriminações. Desde cedo, ela pode aprender a combater práticas colonizadoras que ainda estão muito disseminadas na sociedade brasileira. Uma pedagogia que atue contra todas as opressões jamais é neutra e não pode desconsiderar a realidade concreta vivida pelas crianças. Quem procura defender a neutralidade acaba assumindo uma postura burocrática e colonizada diante do processo de ensino e aprendizagem.

Uma postura crítica, ética e comprometida nos permite ainda questionar as políticas educacionais apresentadas de cima para baixo por meio dos “pacotes pedagógicos”, que impedem e roubam a autonomia das comunidades escolares na elaboração de seus projetos político pedagógicos. A educação e a cidadania emancipatória, conforme nos mostra o autor, garantem que as regras do jogo sejam construídas para que as famílias e as crianças possam atuar com autonomia e exerçam o espírito revolucionário, curioso e inventivo. Na pedagogia da infância oprimida a prática educativa é essencialmente problematizadora, e a pergunta das crianças é assumida em sua profunda radicalidade. A professora engajada nessa perspectiva não foge do “por quê?” da criança, mas busca com ela encontrar a resposta. Assim, estaremos amando as crianças e o mundo para que possamos cultivar o potencial que temos para reinventar as cidades, os tempos e os espaços, mostrando que há coisas novas e possíveis a serem feitas. Como as crianças da periferia são, em sua maioria, crianças negras, têm “ancestralidade africana” e integram a “comunidade afro-brasileira”, um projeto educativo periférico caminha em direção à reafirmação. Para que isso aconteça, é preciso uma pedagogia revolucionária e a favor dos oprimidos, como está apontado no livro.

REFERÊNCIAS

- FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Olho d'Água, 1997.
- FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. **Por uma Pedagogia da Pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **Partir da infância: diálogos sobre educação**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

Como citar este artigo: SILVA, Márcia Dárquia Nogueira da. Paulo Freire e a docência na educação infantil: saberes e fazeres necessários às professoras em exercício e em formação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 30, e300041, 2025. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782025300041>

Conflitos de interesse: A autora declara que não possui nenhum interesse comercial ou associativo que represente conflito de interesses em relação ao manuscrito.

Financiamento: O estudo não recebeu financiamento.

SOBRE A AUTORA

MÁRCIA DÁRQUIA NOGUEIRA DA SILVA é doutora em educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Recebido em 25 de novembro de 2023

Aprovado em 4 de abril de 2024

